



Sigilo de Dados: Direito Fundamental, Figura de Retórica ou o “Grande Irmão”?

*Com muito barulho,
diversas notícias e
artigos foram
publicados nos
jornais e revistas,
abordando a questão
da quebra do sigilo
bancário que,
de certa forma,
teria sido facilitada
em benefício da
administração
tributária*

Se examinarmos as regras que estavam em vigor antes da promulgação da Lei Complementar n.º 105, de 10.01.2001, bem como em face das alterações introduzidas no Código Tributário Nacional, por força da Lei Complementar n.º 104, também de 10.01.2001, houve uma profunda flexibilização a favor do Fisco, no acesso aos dados dos contribuintes.

Do ponto de vista prático, essas alterações legislativas foram o ápice de um silencioso e gradativo processo iniciado há mais de cinco anos, sem que a maioria dos contribuintes percebesse a criação e implementação de uma grande malha de coleta de dados, fundamentais para o sistema de administração tributária, fundamentada no artigo 145 da Constituição Federal.

A partir de 1995, com base no art. 37 da Lei n.º 9.250/95, a Receita Federal foi autorizada a celebrar, em nome da União, convênio com os Estados, Distrito Federal e Municípios, sob o pretexto de instituir o cadastro único de contribuintes, apertando o cerco no fornecimento de dados e de documentos para a inscrição à época no denominado Cadastro Geral de Contribuintes (CGC), passando então a adotar sérias exigências para a obtenção do CGC, renovação ou baixa do mesmo, vinculando o deferimento dos pedidos ao cumprimento de obrigações tributárias, principais e acessórias, junto à Receita Federal, da pessoa física responsável e dos sócios da empresa, sejam essas pessoas físicas ou jurídicas.

Essas exigências estenderam-se, também, para os casos de alterações nos dados da pessoa jurídica inscrita, inclusive no seu quadro societário, como por exemplo, alterações de endereço da sede, no contrato social ou estatutos, na composição societária ou ainda, na

administração da empresa, atos de fusão, cisão ou incorporação, etc...

Existindo qualquer pendência junto à Receita Federal, em nome da empresa ou em nome de sócios, com participação societária superior a 10%, ou, ainda, de seus administradores e procuradores ou representantes legais, tal fato se transforma em um pesadelo para a renovação da inscrição e até para o arquivamento do ato junto à Junta Comercial, por exemplo.

Apertando a malha, em 1997 a Receita Federal passou a trabalhar com novos conceitos de enquadramento da inscrição no ainda denominado Cadastro Geral de Contribuintes, introduzindo as classificações da situação cadastral das empresas, através das seguintes denominações: “ativa” (regular ou não regular); “inapta”; “suspensa” e “cancelada”.

Para se ter uma breve noção sobre as consequências de uma eventual classificação da empresa como “inapta”, esta não consegue renovar sua inscrição, afeta um eventual pedido de registro de outra pessoa jurídica da qual ela venha a participar, ou de que seus sócios ou administradores venham a integrar, acarretando, ainda, efeitos punitivos como:

- impedimento para essa empresa “inapta” transacionar com estabelecimentos bancários, inclusive em termos de livre movimentação de sua conta corrente;
- estará impedida de transmitir a propriedade de bens imóveis;
- não produzirá efeitos tributários em favor de terceiros interessados (leia-se, não serão aceitos pelo Fisco para fins de dedução, abatimento, redução, compensação, etc.) os documentos que essa empresa considerada “inapta” emitiu, salvo se o adquirente de bens, direitos,